



CADERNO DE ENCARGOS

OBJETO CONTRATUAL: ALUGUER DE EQUIPAMENTO PARA FILTRAÇÃO DE LAMAS BIOLÓGICAS NA ETAR DE PARADA, PELO PRAZO DE 3 MESES

PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO: 19.980,00€ (DEZANOVE MIL, NOVECENTOS E OITENTA EUROS)

PROCEDIMENTO: AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DA ALÍNEA D), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 20º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

FEVEREIRO 2021

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA

ALUGUER DE EQUIPAMENTO PARA FILTRAÇÃO DE LAMAS BIOLÓGICAS NA ETAR DE PARADA, PELO PRAZO 3 MESES

Índice

1 - CLÁUSULAS GERAIS.....	3
Cláusula 1ª – Objeto	3
Cláusula 2ª – Contrato	3
Cláusula 3ª – Prazo de execução do contrato.....	3
Cláusula 4ª – Obrigações do fornecedor.....	3
Cláusula 5ª – Conformidade e garantia técnica.....	3
Cláusula 6ª – Gestor do Contrato.....	4
Cláusula 7ª – Condições de pagamento.....	4
Cláusula 8ª – Resolução por parte da entidade adjudicante	4
Cláusula 9ª – Resolução por parte do fornecedor.....	4
Cláusula 10ª – Resolução de litígios.....	4
Cláusula 12ª – Comunicações e notificações	5
Cláusula 13ª – Contagem de prazos	5
Cláusula 14ª – Avaliação de Desempenho.....	5
Cláusula 15ª – Dever de Sigilo	5
Cláusula 16ª – Proteção de Dados	5
Cláusula 18ª – Legislação aplicável	6
2 - CLÁUSULAS ESPECIAIS	7
Cláusula 19ª – Objeto de contrato	7
Cláusula 20ª - Características e especificações técnicas do equipamento de filtração	7
Cláusula 24ª – Transporte, instalação e desmontagem do equipamento de filtração	Erro!
Marcador não definido.	
Cláusula 25ª – Responsabilidade dos SMAS da Maia.....	7

1 - CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

O presente Cadernos de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o “Aluguer de Equipamento para espessamento de Lamas Biológicas na ETAR de Parada”, pelo prazo de 3 meses.

Cláusula 2ª – Contrato

1 - O contrato será constituído pela conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.

2 - O contrato integra ainda os elementos seguintes:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões ao Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário sobre a sua proposta.

3 - **Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que aí são indicados.**

Cláusula 3ª – Prazo de execução do contrato

Para efeitos do ponto anterior, o prazo máximo é de **90 dias**, a contar da data da publicitação do contrato no Portal dos Contratos Públicos, acessível em [www.basegov.pt.](http://www.basegov.pt), sem prejuízo das condições acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4ª – Obrigações do fornecedor

Sem prejuízo das obrigações constantes no capítulo IV - Aquisição de Bens Móveis, do Título II - Contratos Administrativos em Especial, da Parte III - Regime Substantivo dos Contratos Administrativos, do C.C.P., o fornecedor compromete-se a dar atendimento adequado à satisfação das necessidades do adjudicante nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 5ª – Conformidade e garantia técnica

O fornecimento fica sujeita às exigências, prazos de garantia e demais obrigações legais, aplicáveis no âmbito de um contrato de locação de bens, nos termos do disposto no C.C.P. bem como de outra legislação aplicável.

Cláusula 6ª – Gestor do Contrato

- 1 - O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Maia designará o Gestor do Contrato que terá como função o acompanhamento permanente da execução do mesmo.
- 2 - Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato terá de comunica-los, de imediato, ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Maia, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que em cada caso se revelem adequadas.

Cláusula 7ª – Condições de pagamento

- 1 - A quantia devida pela entidade adjudicante deve ser paga após a receção da respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da respetiva obrigação.
- 2 - A faturação a emitir deverá exibir o **n.º da Proposta de Cabimento** e o **n.º do Compromisso** respetivo, cujas referências constarão nos documentos inerentes à Adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável.
- 3 - Se a fatura não exibir o **n.º da Proposta de Cabimento** e o **n.º do Compromisso**, bem como da data de vencimento (30 dias), será devolvida para efeito de correção.

Cláusula 8ª – Resolução por parte da entidade adjudicante

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante simples declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 9ª – Resolução por parte do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual.
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, com exceção da situação descrita no número anterior, em que poderá ser exercido mediante declaração ao contraente público, aplicando-se o disposto no n.º 4), do art.º 332.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10ª – Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 11ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual de qualquer das partes rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12ª – Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme disposto no Código dos Contratos Públicos.

2 - Qualquer alteração deve ser comunicada por escrito à outra parte.

Cláusula 13ª – Contagem de prazos

1 - Os prazos previstos para a formação do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 470.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Os prazos previstos para a execução do contrato contam-se de acordo com o disposto no art.º 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14ª – Avaliação de Desempenho

1 - O fornecedor fica sujeito a uma avaliação de desempenho no âmbito da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade dos Serviços Municipalizados da Maia, por forma a ser dado cumprimento ao especificado no referencial normativo NP EN ISO 9001:2015.

2 - O fornecedor é avaliado com base nos critérios seguintes: ***Qualidade, Prazos, Segurança, Ambiente e Disponibilidade.***

Cláusula 15ª – Dever de Sigilo

1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que tenha conhecimento em virtude da execução do contrato.

2 - A informação e documentação abrangidas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo a informação ou documentação que seja comprovadamente do domínio público ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei ou de processo judicial.

Cláusula 16ª – Proteção de Dados

1 - O fornecedor, na qualidade de “entidade subcontratante” dos Serviços Municipalizados da Maia, sujeita-se ao cumprimento de todas as obrigações que sobre si recaem, nos termos da legislação em vigor em Portugal em matéria de privacidade e proteção de dados, nomeadamente a Lei n.º 67/98, de 26 de

outubro e o Regulamento Geral de Proteção de Dados, Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016, na execução de todas e quaisquer operações de tratamento de dados pessoais que deva levar a cabo no âmbito da prestação do serviço objeto do presente Contrato e exclusivamente no âmbito do mesmo.

2 - O fornecedor declara que não existe qualquer motivo que o impeça de cumprir escrupulosamente o estabelecido no número anterior e obriga-se:

- a) A comunicar de forma detalhada aos Serviços Municipalizados da Maia qualquer circunstância que ocorra, durante a vigência do presente contrato, que o impeça de cumprir essas obrigações;
- b) A disponibilizar aos Serviços Municipalizados da Maia todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento da legislação referida no número anterior.

3 - Os dados pessoais serão tratados pelo fornecedor em estrito cumprimento das instruções estabelecidas pelos Serviços Municipalizados da Maia, as quais poderão ser alteradas por estes, mediante envio ao fornecedor, por correio eletrónico ou qualquer outro meio, de documento escrito com as instruções atualizadas e a data da produção de efeitos.

4 - O fornecedor obriga-se a não transmitir os dados pessoais a terceiros, salvo se a transmissão for imposta por legislação vigente ou for consentida previamente pelos Serviços Municipalizados da Maia.

5 - O objeto de tratamento de dados traduz-se em obter conhecimento da identificação de trabalhadores.

6 - Os dados pessoais transmitidos ao fornecedor deverão ser eliminados por este no final da vigência do presente contrato.

7 - Os Serviços Municipalizados da Maia cumprirão, ainda, as obrigações que lhe caibam nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 18ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa em vigor.

2 - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Cláusula 19ª – Objeto de contrato

O presente contrato visa a locação, pelo período de 3 meses, de equipamento destinado ao espessamento mecânico das lamas biológicas por floculação – filtração, a instalar na ETAR de Parada, sita na Rua Dr. Manuel Gonçalves Lage, na freguesia de Águas Santas.

Pretende-se que este equipamento de espessamento garanta o aumento da concentração da lama biológica a enviar à digestão anaeróbia, com uma concentração média de matéria seca de 5%.

Cláusula 20ª - Características e especificações técnicas do equipamento de filtração

- 1 - O equipamento de filtração deverá ser fabricado em aço inox e adotar o processo de floculação – filtração por discos.
- 2 - Os discos serão em aço inox apresentando um espaçamento de 0.5-1.0 mm e devem ser autolimpantes, sem necessidade de lavagem contínua com água à pressão.
- 3 - O número de discos por coluna: 16 unidades.
- 4 - Largura do filtro: 1200 mm.
- 5 - Potência consumida: 1.5Kw;
- 6 - Caudal horário de 172 m³/h, para um caudal mássico máximo de 370 kg matéria seca /h;
- 7 - Concentração de sólidos em suspensão total (SST) nas lamas biológicas em excesso de alimentação do espessador: 3 500 a 11 000 mg/l e teor de matéria volátil entre 85 a 90%.

Cláusula 21ª – Transporte, instalação e desmontagem do equipamento de filtração

O transporte, a instalação e a desmontagem do equipamento, nas ETAR de Parada, é da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 22ª – Assistência técnica

Será da responsabilidade do adjudicatário prestar a formação adequada sobre a operação, manutenção e assistência técnica do equipamento, assim como a condução do arranque da instalação. O adjudicatário obriga-se, durante a fase da execução do contrato, a garantir o adequado funcionamento da instalação mediante uma visita quinzenal.

Cláusula 23ª – Documentação técnica

O equipamento deve obedecer ao estabelecido na Diretiva “Máquinas” e ter marcação CE. A documentação técnica deverá ser redigida em português.

Cláusula 24ª – Responsabilidade dos SMAS da Maia

Recaem sobre os SMAS da Maia as responsabilidades seguintes:

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA

ALUGUER DE EQUIPAMENTO PARA FILTRAÇÃO DE LAMAS BIOLÓGICAS NA ETAR DE PARADA, PELO PRAZO 3 MESES

- 1 - Fornecer e instalar os equipamentos e acessórios periféricos, nomeadamente, a bomba de alimentação, a bomba doseadora e a unidade de preparação do polímero.
- 2 - Garantir o fornecimento de energia elétrica e o abastecimento de água ao equipamento.
- 3 - Adquirir o polímero adequado às necessidades de funcionamento do equipamento.
- 4 - Alocar a mão de obra necessária durante o período de operação do equipamento.
- 5 - Gerir os resíduos resultantes do processo.

Maia, fevereiro de 2021